

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Biegging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-633-3

2026

*Hermindo João Wimpe
Cristiane Weide Gonçalves
Moises João Wimpe
Runice Cá*

ENTRE O EU E O MUNDO:

O CUIDADO DE SI COMO PRÁTICA DE
INTERDEPENDÊNCIA, RESPONSABILIDADE
ECOLÓGICA E FORMAÇÃO HUMANA

RESUMO

O capítulo aborda o cuidado de si como uma prática que ultrapassa o indivíduo, sendo compreendido como princípio de interdependência, responsabilidade ecológica e formação humana. Critica a visão limitada de autocuidado centrada no corpo e propõe uma compreensão ampliada que inclui o cuidado com o outro, a comunidade e a natureza. Destaca que a existência humana é construída nas relações sociais e na dependência da natureza, sendo o cuidado condição fundamental para a vida. Nesse contexto, valoriza saberes africanos, como o kindezi/pyodj, que entendem a formação humana como um processo integrado entre indivíduo, comunidade, ambiente e futuro. O texto dialoga com a Agenda 2030, mas também critica o modelo moderno de desenvolvimento baseado na exploração, na separação entre humanidade e natureza e no crescimento ilimitado. Em contraste, apresenta perspectivas indígenas e tradicionais que priorizam a coletividade e o equilíbrio ecológico. Conclui que o cuidado de si, em sentido pleno, implica reconhecer a interdependência da vida e assumir uma postura ética e política comprometida com a preservação da natureza e das gerações futuras.

Palavras-chave: cuidado de si; interdependência; responsabilidade ecológica; formação humana.

INTRODUÇÃO

O capítulo discute o cuidado de si como uma prática que vai além do indivíduo, entendendo-o como um princípio de interdependência, responsabilidade ecológica e formação humana. Inicialmente, questiona a visão limitada de autocuidado restrita ao corpo e ao bem-estar individual, propondo uma compreensão ampliada que inclui o cuidado com outras pessoas, a natureza e todas as formas de vida.

O texto destaca que os seres humanos são intrinsecamente interdependentes, tanto entre si quanto com a natureza, da qual depende sua existência material e simbólica. Critica a visão moderna que separa o ser humano do mundo natural e o coloca como superior à natureza, apontando essa lógica como uma das causas da crise ambiental contemporânea, evidenciada pelas mudanças climáticas e pela degradação dos ecossistemas.

A reflexão dialoga com a Agenda 2030 da ONU, reforçando que desenvolvimento sustentável exige integração entre justiça social, educação, preservação ambiental e responsabilidade coletiva. Nesse sentido, o texto valoriza saberes tradicionais africanos, como o kindezi (ou pyodj), que compreende o cuidado com a criança como um processo que envolve também a comunidade, a cultura, a natureza e o futuro, propondo uma formação baseada no bem-sentir, bem-pensar e bem-fazer.

Além disso, discute a formação humana como um processo social e histórico, no qual o ser humano se constitui por meio do trabalho, da cultura e da educação, sempre em relação com o outro e com a natureza. O cuidado aparece, assim, como condição fundamental para a existência humana.

Por fim, o texto apresenta uma crítica à modernidade e ao modelo de desenvolvimento baseado na exploração, na propriedade privada e no crescimento ilimitado. Em contraste, destaca

perspectivas indígenas e tradicionais que valorizam a coletividade, o equilíbrio com a natureza e o uso sustentável dos recursos. Conclui que cuidar de si, em sentido pleno, é reconhecer-se como parte de um todo interdependente e assumir uma postura ética e política comprometida com a preservação da vida e das gerações futuras.

Este estudo fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica, conforme Marconi e Lakatos (2010; 2011), consiste na análise de obras já publicadas sobre o tema, sendo considerada o primeiro passo de qualquer investigação científica. Sua relevância está em fornecer subsídios teóricos que orientam e delimitam o objeto de estudo.

A revisão de literatura, segundo Creswell (2007), tem como propósito compartilhar com o leitor os resultados de pesquisas anteriores relacionadas ao tema, permitindo situar o trabalho no contexto científico existente. No âmbito da abordagem qualitativa, a utilização da literatura não se restringe a prescrever questões a serem respondidas, mas serve como referência para compreender e interpretar os fenômenos a partir da perspectiva dos participantes (Creswell, 2007).

Assim, a metodologia adotada busca integrar a análise crítica de estudos prévios com a interpretação qualitativa, garantindo consistência teórica e abertura para novas compreensões sobre o objeto investigado

FUNDAMENTAÇÃO

DO CUIDADO INDIVIDUAL AO CUIDADO RELACIONAL: INTERDEPENDÊNCIA E RESPONSABILIDADE ECOLÓGICA

Entre o eu e o mundo: o cuidado de si como prática de interdependência, responsabilidade ecológica e formação humana é o tema

deste capítulo. Trata-se de uma questão complexa, mas presente em nosso cotidiano, e que será explorada ao longo do desenvolvimento.

Quando pensamos em cuidado de si, geralmente associamos a práticas voltadas ao corpo e ao bem-estar individual: higiene, vestuário, exercícios físicos, alimentação adequada, moradia digna, transporte, entre outros aspectos. Esses elementos, sem dúvida, fazem parte do cuidado de si. Contudo, neste trabalho, o enfoque recai sobre uma dimensão indireta e relacional do cuidado — aquela que se manifesta na atenção ao outro e ao restante da criação, reconhecendo que somos parte de um todo interdependente.

Assim, compreende-se que o mal-estar do outro reverbera em nós, direta ou indiretamente, e que o nosso bem-estar também pode impactar os demais. O cuidado de si, portanto, ultrapassa os limites da individualidade e se transforma em prática de responsabilidade coletiva e ecológica, contribuindo para a formação integral do ser humano

Somos interligados e interdependentes. Enquanto humanos, estamos ligados ao resto da criação, que também faz parte de nós. Isso pode ser percebido desde a infância, fase em que dependemos de outras pessoas para existir, crescer e aprender a viver. Também se evidencia na nossa relação com a natureza, uma vez que dela depende o nosso sustento. Quando afirmo essa dependência, não me refiro apenas às chamadas comunidades tradicionais, mas a toda a humanidade, pois nada existe do nada; tudo vem da natureza, inclusive aquilo que se convencionou chamar de “artificial”, já que o artificial nada mais é do que natureza transformada pela ação humana. Essa constatação simples já seria suficiente para abalar a ideia de que o ser humano é um ser separado do mundo natural. No entanto, a modernidade ensinou-nos justamente o contrário: a imaginar que estamos acima da terra, quando, na verdade, dependemos dela para comer, respirar, construir, circular e continuar vivos.

Neste contexto, o cuidado de si não se trata apenas de tomar banho, comer bem, vestir-se melhor etc.... Neste trabalho, vamos tratar do cuidado de si além do singular, isto é, um cuidado que devemos ter com outras criações: a floresta, os animais e tudo o que existe na natureza, incluindo os recursos minerais que exploramos na terra, considerando a resposta que a natureza já dá e ainda dá. Hoje em dia, quase todo mundo está preocupado com a mudança climática, mas já parou para perguntar o motivo desta mudança? Talvez nunca tenha refletido sobre isso, mas vale reconhecer as perdas que o mundo está a enfrentar, pois os sinais podem ser vistos em todas as regiões do mundo: pelo aumento do calor, pela pouca chuva, pelo aumento da intensidade do vento, pela poeira, pela desertificação, entre outros fenômenos que merecem a nossa atenção.

Essa reflexão dialoga diretamente com a Agenda 2030 das Nações Unidas, que compreende o desenvolvimento sustentável como compromisso com as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias, reconhecendo que os desafios da fome, da pobreza, da degradação ambiental e das desigualdades são inseparáveis. A Agenda afirma que a erradicação da pobreza, a proteção dos recursos naturais e a construção de modos de vida sustentáveis dizem respeito ao presente e às gerações futuras. Além disso, reforça que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são "integrados e indivisíveis", o que significa que não é possível pensar a vida humana fora da relação entre educação, ambiente, justiça social e responsabilidade coletiva (Nações Unidas, 2015, p. 1-2). O ODS 4, especialmente a meta 4.7, propõe uma educação voltada ao desenvolvimento sustentável; o ODS 12 defende a informação e a conscientização para estilos de vida em harmonia com a natureza; o ODS 13 trata da ação contra a mudança climática; e o ODS 15 convoca à proteção e à recuperação dos ecossistemas terrestres (Nações Unidas, 2015, p. 14, p. 34-35, p. 40). Nesse sentido, o que se discute aqui não é apenas uma filosofia do cuidado, mas também uma crítica ao modo como se organizou historicamente o chamado desenvolvimento.

Desde nossa infância, somos cuidados por outras pessoas, o que implica uma interdependência contínua. Por exemplo, lembro de um termo sistematizado pelo povo bakongo: kindezi, uma arte/filosofia de cuidado com crianças, presente também em diversos outros povos africanos, embora com nomes distintos (Fu-kiau, 2000). Em Mandjaku, da Guiné-Bissau, por exemplo, kindezi é chamado de pyodj. Assim, em português, kindezi/pyodj refere-se ao ato de cuidar de crianças, e quem o pratica é chamado de Ndezi/Nayodj.

De acordo com Fu-kiau, na arte de Kindezi, o objetivo é moldar a humanidade e todo o ambiente ao redor por meio do cuidado com as crianças. Não se trata de uma ação restrita aos aspectos físicos da criança, nem à ideia de torná-la produtiva no mercado de trabalho (Fu-kiau, 2000). Assim, este tipo de educação envolve o conhecimento sobre a relação com a natureza, partindo de boas práticas por meio de três portas: a do bem-sentir (porta do coração); a do bem-pensar (porta da mente); e a do bem-fazer (porta motora). Isso também implica uma responsabilidade para com as gerações futuras (Werá, 2000). Neste sentido, o cuidado de que se trata neste texto envolve cuidar de tudo o que nos rodeia, para evitarmos as respostas que a natureza nos dá por meio das mudanças climáticas que já estamos a enfrentar.

Essa formulação é particularmente relevante porque permite compreender que, em muitas filosofias africanas, a formação da criança já carrega uma concepção de sustentabilidade muito mais profunda do que aquela que, por vezes, aparece em discursos técnicos contemporâneos. O cuidado com a criança é, ao mesmo tempo, cuidado com a comunidade, com a cultura, com o ambiente e com o futuro. Por isso, a aproximação entre *kindezi/pyodj* e os ODS não deve ser feita do modo superficial, como se os saberes africanos servissem apenas para ilustrar uma agenda global. Ao contrário, esses saberes podem ampliar criticamente o próprio sentido de desenvolvimento sustentável, mostrando que educar não é apenas transmitir conteúdos, mas formar sujeitos capazes de se reconhecer como parte de um todo vivo

e interdependente. Aqui, o ODS 4.7 encontra uma ressonância importante, mas também um desafio: até que ponto os modelos educativos contemporâneos conseguem, de fato, formar para a responsabilidade ecológica, para a solidariedade e para o cuidado relacional?

Ao longo deste capítulo, apresentamos fatos que mostram a necessidade de intensificar a sensibilização e as políticas voltadas à relação com a natureza. Explico, a partir das minhas vivências, que muitas comunidades antes engajadas na preservação já adotaram outras formas de se relacionar com o ambiente, desfavorecendo o restante da criação e resultando na extinção acelerada de espécies animais e vegetais. Essa mudança não acontece por acaso. Ela decorre de processos históricos, econômicos e culturais que alteram profundamente a forma como as pessoas percebem a terra, os bens naturais e os limites da vida coletiva. O problema, portanto, não está apenas nas ações imediatas de destruição, mas sim na racionalidade que as torna aceitáveis.

A INTERDEPENDÊNCIA DA VIDA HUMANA: NATUREZA, CUIDADO E FORMAÇÃO NA PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA

Em alguns momentos, fico mergulhado, refletindo sobre a minha origem e o motivo do meu viver. Penso muito, principalmente sobre o lugar de onde vim e para onde vou. Estou preocupado com a minha origem, pois não entendo por completo o motivo da minha existência. É óbvio que, geralmente, um ser humano nasce, cresce, envelhece e morre, mas ao longo desse processo, ele influencia e também é influenciado por outros seres humanos e pela natureza.

Os homens, ao longo da vida, aprendem a produzir as suas próprias existências contínuas, em que trabalham, lidam com a natureza, relacionam-se uns com os outros e, por fim, educam as novas gerações (Saviani, 2007). Assim, o homem não só produz seus alimentos, mas também sustenta a própria existência. Durante

a relação com a natureza, o homem desenvolve sua capacidade física e intelectual para enfrentar tarefas com mais facilidade. Além do próprio desenvolvimento físico, a sua capacidade de lidar com a natureza aumenta a cada vez que intensifica a sua atuação na transformação de produtos naturais para o bem próprio.

O homem, enquanto ser mortal, aproveita para deixar substitutos, preparando-os para a continuidade da sua relação com a natureza. Nessa circunstância, a manutenção da existência dá-se por meio da educação da nova geração. Quando ele educa os mais novos, ensinando-os a aproveitar a natureza, está também a trabalhar para a manutenção da sua própria existência enquanto ser humano. Tal compreensão dialoga com a perspectiva da Agenda 2030 ao afirmar que erradicação da pobreza, preservação do planeta e inclusão social são dimensões interdependentes do desenvolvimento sustentável (Nações Unidas, 2015, p. 5). Isso significa que a dependência humana da natureza não é um detalhe biológico ou um pano de fundo neutro da história. Ela é condição material, cultural e ética da própria vida. Assim, cabe perguntar: que tipo de formação humana estamos produzindo quando educamos para o consumo, mas não para a responsabilidade ecológica? Que futuro se torna possível quando a técnica cresce, mas a consciência sobre os limites da vida coletiva não cresce com ela?

Para o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GPTE/UFMT), a terra e outros seres, que não a natureza humana, são essenciais para a existência e produção da vida humana. Para refletir sobre a relação entre o homem e a natureza, é fundamental considerar que a existência humana depende de outros elementos naturais, principalmente da Terra (GPTE/UFMT *apud* Tiriba e Fischer, 2015). Assim, não estamos separados da natureza; somos descendentes dos povos originários e dos invasores, que também se originaram dos primeiros homens, filhos da Mãe Terra. “Meu povo chama de Mãe Terra, porque ‘Planeta’ é uma palavra muito distante de nós mesmos” (Tekoá, 2024, p. 21-22).

Nesta circunstância, o ser humano precisa de outros elementos da natureza para existir. Isso fortalece o cuidado do outro como princípio educativo e como elemento central da produção da vida humana. Sem cuidado do outro, a vida humana não existe na natureza. Ao longo da vida, o ser humano percebe e lida com fenômenos da natureza. Nessa relação, transforma a natureza para seu bem e, ao mesmo tempo, transforma-se em elemento natural inacabado e em constante construção. O ser humano nasce inacabado e precisa completar-se e ajustar-se ao meio natural para evoluir, transformar-se, manter-se e permanecer na natureza.

O homem, por meio das relações, produz sua cultura e também se faz um ser de cultura. Ao trabalhar sua própria cultura, ele define sua própria sobrevivência e a de sua família. Sua cultura determina como ele se comportará no mundo e como se relaciona com pessoas de culturas diferentes. Durante o contato com outros grupos, ele produz saberes sobre como estar no mundo. Assim, o cuidado de si não pode ser um processo isolado.

Na verdade, somos pensados antes de existirmos, isto é, os nossos pais aceitam ser o meio pelo qual chegamos ao universo, um processo possível graças à natureza. Assim, antes de sermos “independentes”, já fomos dependentes dos outros para existirmos e continuamos interdependentes para sempre. Por outras palavras, posso dizer que somos simplesmente a decisão de outras pessoas e do “universo”. Levando isso em consideração, podemos pensar o cuidado de si além do singular, isto é, reconhecer outros indivíduos e outras coisas como parte de nós, pois somos o resultado do cuidado.

Segundo Elias (1939), “não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social — seja este qual for”. Para nascermos, os nossos pais já existiam antes de nós, de modo que também dependemos muito deles para nos

formarmos em homens. Este cuidado é um cuidado de si indireto, porque a nossa existência satisfaz as suas necessidades de ter filhos e de ter cuidadores/substitutos no futuro, isto é, mais tarde, quando os nossos pais forem velhos, passamos a cuidar deles.

A existência humana não é apenas garantida pela natureza, porque não é uma dádiva totalmente natural, pois é um processo que precisa ser completado pelo homem, sendo, pois, processo feito por meio da colaboração, o que significa que o homem não nasce homem, ele forma-se homem, porque não nasce sabendo se comportar como homem, de maneira que necessita aprender a ser homem, participando da produção da sua própria existência (Saviani, 2007). Esta afirmação evidencia o quanto o nascimento não é suficiente para sermos homens, pois aprendemos a nos comportar como homens por meio do cuidado e da dedicação de outros indivíduos e do meio ambiente que nos rodeia.

De acordo com Elias (1939), logo ao nascimento, somos inseridos num complexo de estruturas previamente definidas, nas quais somos obrigados a nos moldar segundo as normas que nos antecedem. Nascer em uma estrutura não significa que não possamos sobressair em alguns pontos, pois existe a possibilidade de nos desenvolver, adquirindo novas formas de vida, mas, se por acaso isso tiver que acontecer, ocorre na base da primeira estrutura de vida (Sociedade), pois a nossa liberdade de escolha também é limitada.

Esta estrutura não é definida por uma pessoa; é o resultado de crenças, costumes, ideias e valores de um coletivo num determinado espaço geográfico, cujos princípios são analisados coletivamente, pois, se um membro do coletivo se desviar da realidade, violando algum princípio, toda a comunidade fica sujeita a pagar pelas consequências decorrentes. Por esse motivo, o povo indígena não admite a propriedade privada como o fundamento do cuidado.

A NEGAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E A CRÍTICA À MODERNIDADE: ENTRE COLETIVIDADE, NATUREZA E MODOS DE VIDA

Segundo Krenak (2024), a negação da propriedade privada é um tema que perturbou os brancos/colonizadores. Eles estavam nas comunidades indígenas, nas quais, por meio da convivência, aprenderam muitas coisas, sobretudo a boa relação com a natureza, mas, quando voltaram, ignoraram o que aprenderam e foram viver de outro jeito. A partir deste desligamento, os brancos dedicaram-se às suas invenções, criando novas ferramentas tecnológicas com as quais saíram a predar o planeta (Krenak, 2024).

Enquanto os povos tradicionais preservam a natureza e estabelecem com ela uma relação sustentável, entendendo esse vínculo como uma forma de cuidado coletivo e de manutenção da vida, o Ocidente, em contrapartida, busca dominá-la para extrair benefícios imediatos e temporários. Essa diferença de perspectiva revela um choque profundo: nas comunidades tradicionais, o cuidado é compartilhado e se traduz em práticas que fortalecem a coletividade e a harmonia com o ambiente; já no Ocidente, o cuidado tende a ser concebido como algo individual, associado à acumulação, à privatização de recursos e ao controle da natureza. Por isso, a relação entre essas duas visões dificilmente se sustenta, pois partem de concepções distintas sobre o significado de cuidar e sobre o papel da natureza na vida humana.

No passado, o relacionamento entre colonizadores e povos originários, a partir das primeiras expedições, não foi violento no início; existiram complexidades desde os primeiros encontros e diálogos estabelecidos de diversas formas. Ao escrever sobre o primeiro relacionamento entre africanos e europeus no litoral africano, Hernas considera essa relação interdependente e recíproca (Hernas, 1995 *apud* Akrong, 2016). Isso permite entender que a divergência não começou

exatamente nos primeiros contatos, pois, se tudo tivesse iniciado por conflito aberto, os colonizadores dificilmente teriam conseguido dominar comunidades que conheciam o território e possuíam formas próprias de defesa. No caso específico da Guiné-Bissau, os portugueses abandonaram o território depois de perderem a guerra. Isso nos obriga a perguntar: em que momento a reciprocidade foi substituída pela dominação? Quando a diferença passou de encontro para hierarquia? E, sobretudo, quando a natureza deixou de ser percebida como relação para transformar-se em riqueza apropriável?

Era um sistema aberto, baseado numa avaliação mútua de vantagens, de modo que nenhum dos lados era capaz de impor sozinho as regras. Antes da chegada dos europeus ao litoral, os povos originários já possuíam suas formas de vida, seus sistemas de organização, suas regras e suas maneiras de se relacionar com a natureza. Havia reciprocidade antes da discriminação racial e antes da colonização se consolidar como processo violento. O conflito ganhou força quando os colonizadores passaram a desejar apropriar-se das riquezas naturais e controlar os modos de vida locais. Os povos originários resistiram porque suas formas de aproveitar a natureza eram gerenciadas por meio de uma boa relação com ela, como forma de cuidado indireto. Essa forma de vida foi vista pelos colonizadores como falta de civilização. Por isso, disseram que precisavam “civilizar” os outros, inaugurando um processo de violência que resultou na colonização, na corrida mundial por riquezas e na busca incessante do chamado “desenvolvimento”, muitas vezes sem verdadeira racionalidade.

Atualmente, o mundo enfrenta um processo desafiador que Krenak chama de erosão da vida, um fenômeno atravessado pela modernidade, na qual predomina a ciência associada à atualização constante de novas tecnologias. A cada passo que damos em nome do progresso moderno, estamos devorando alguma coisa por onde passamos. Essa afirmação não significa negar as facilidades trazidas pela tecnologia. Muitas coisas que antes eram feitas com grande dificuldade tornaram-se mais simples. O problema está em tratar toda

transformação técnica como se fosse, automaticamente, avanço humano. Não basta perguntar o que a técnica nos permite fazer; é preciso perguntar o que ela destrói, a quem serve e quais formas de vida ela substitui. Sem essa crítica, desenvolvimento e devastação passam a caminhar de mãos dadas. Aqui, a Agenda 2030 oferece um ponto importante ao afirmar a necessidade de gestão sustentável dos recursos naturais, de padrões responsáveis de produção e consumo e de ação urgente diante das mudanças climáticas (Nações Unidas, 2015, p. 2, p. 11, p. 34-35). Contudo, cabe perguntar: será possível alcançar essas metas sem enfrentar a lógica histórica da colonialidade, da privatização e da exploração excessiva dos bens comuns? Será possível falar em desenvolvimento sustentável sem revisar criticamente o paradigma que separou humanidade e natureza?

Para garantir uma boa vivência, é necessária boa negociação em torno da vida com a natureza. A nossa relação com a natureza é como a relação de um peixe com o oceano: o peixe nunca duvida da importância do mar para a sua vida, mas nós, humanos, somos o tempo inteiro exigidos a fazer coisas úteis (Krenak, 2024). Quantas vezes já ouvimos dizer que o desmatamento tem consequências graves? Acredito que qualquer adulto já tenha ouvido falar da alteração climática. Mesmo assim, continuamos a explorar sem plantar, sem recompor, sem respeitar os limites, contribuindo para a desertificação e para outros fenômenos que já estamos sofrendo. Isso mostra que informação, sozinha, não basta. É preciso transformação ética, política e educativa. O ODS 12, ao defender estilos de vida em harmonia com a natureza, e o ODS 13, ao propor educação e conscientização sobre a mudança climática, apontam nessa direção (Nações Unidas, 2015, p. 34-35). Mas permanece a pergunta: que tipo de educação tem sido promovida quando já sabemos tanto sobre a crise ecológica e, ainda assim, seguimos repetindo práticas destrutivas?

Todos nós precisamos estar atentos ao que está a acontecer no mundo com outras criações. Estamos, pouco a pouco, a acabar com os mundos que os nossos ancestrais nos construíram. Aqueles

que vivem na floresta sabem do que se trata, pois veem desaparecer a mata, as formigas, as abelhas, o colibri; veem o ciclo das árvores alterado. Para caçar, é necessário percorrer muitos quilômetros para encontrar uma espécie de animal que antes vivia nos arredores da comunidade, partilhando espaço com humanos (Tekoá, 2024). Quem vive na cidade não experimenta isso com a mesma intensidade porque tudo parece ter uma existência automática: basta estender a mão e há uma padaria, uma farmácia, um supermercado, um hospital. Essa aparência de automatismo encobre o custo ecológico da vida urbana e distancia as pessoas da percepção concreta de que tudo depende da terra, da água, do trabalho e da natureza. Por isso, muitos não se dão conta do que está a acontecer. No entanto, faltam-nos apenas alguns metros para chegarmos à linha vermelha.

Diante disso, a crítica aqui formulada não se dirige à técnica em si, nem à possibilidade de transformações históricas que melhorem a vida humana. O problema está na racionalidade que transforma o desenvolvimento em sinônimo de crescimento ilimitado, a eficiência em sinônimo de exploração e o progresso em sinônimo de distanciamento da terra. A Agenda 2030 insiste na necessidade de articulação entre educação, proteção ambiental, combate à pobreza, redução das desigualdades e fortalecimento das parcerias globais (Nações Unidas, 2015, p. 2; p. 39-40). Esse ponto é importante porque mostra que não haverá solução duradoura para a crise ecológica sem transformação dos modos de pensar, produzir, consumir e educar. Nessa direção, os saberes africanos e indígenas não são resíduos de um passado a ser superado, mas fontes vivas de pensamento capazes de contribuir para a construção de outras formas de habitar o mundo. Eles desafiam a imaginar um desenvolvimento comprometido não apenas com a riqueza, mas com a continuidade da vida.

Pensar o cuidado de si além do singular é, portanto, reconhecer que não somos centro autossuficiente de nada. Somos resultado do cuidado dos outros, da terra, da cultura, do trabalho, da memória e das relações que nos antecedem. Por isso, cuidar de si, em sentido

pleno, é também cuidar daquilo sem o qual não existimos: as pessoas, a comunidade, a floresta, os animais, a água, o solo, a linguagem, os saberes e as condições materiais da vida. Essa é uma reflexão ética, mas também política. Ela questiona o paradigma moderno que separou humanidade e natureza e convida a recolocar o desenvolvimento sob outras bases: responsabilidade, reciprocidade, limite, justiça ecológica e compromisso com as gerações futuras. Só assim o cuidado deixa de ser gesto privado e torna-se princípio de formação humana e de continuidade da vida no mundo.

CONSIDERAÇÕES

Como consideração final, o capítulo evidencia que o cuidado de si, quando compreendido em sua dimensão ampliada, torna-se um princípio fundamental para repensar a formação humana e a relação com o mundo. Ao reconhecer a interdependência entre seres humanos, natureza e cultura, rompe-se com a lógica individualista e exploratória que marca a modernidade. Nesse sentido, o cuidado deixa de ser um ato privado e passa a constituir uma prática ética, coletiva e política, indispensável para a construção de modos de vida sustentáveis. Assim, reafirma-se a necessidade de uma educação comprometida com a responsabilidade ecológica, a solidariedade e a continuidade da vida para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

AKRONG, Abraham. Religião tradicional africana e o cristianismo: continuidades e descontinuidades. *In*: LAUER, Helen; ANYIDOH, Kofi (org.). **O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas**. Brasília: FUNAG, 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativo e mistos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ELIAS, Norberto. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1939.

FU KLAU, K. Kia Bunseki; LUKONDO-WAMBA, A.M. **Kindezi**: a arte Kongo de cuidar de crianças. 2000. São Paulo: Ed. dos Autores, 2024.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAKATOS, Eva María; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

SAVIANI, Dermeval: Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

WERÁ, Kaká. **Uma arte milenar indígena para o bem-viver**. 1. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2024.

Hermindo João Wimpe

Hermindo João Wimpe é mestrando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduado em Humanidades e licenciado em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), desenvolve pesquisas nas áreas de educação, sociologia e relações étnico-raciais, com foco nas práticas educativas e culturais na Guiné-Bissau. Atua como educador e participa de projetos voltados à educação antirracista e ao intercâmbio cultural, articulando saberes da tradição oral africana com o contexto escolar. É autor de trabalhos acadêmicos sobre educação e cultura Mandjaku.

E-mail: joawimpehermindo@gmail.com

Cristiane Weide Gonçalves

Cristiane Weide Gonçalves é graduada em Pedagogia pela UFSM, especialista em Gestão Educacional pela ULBRA e mestranda em Políticas Públicas e Gestão Educacional na UFSM. Atua como professora na rede municipal de Santa Maria, com experiência em coordenação pedagógica e formação docente. Desenvolve trabalhos na área de Educação, com foco em práticas colaborativas e protagonismo infantil, além de participar de projetos de ensino, pesquisa e iniciação à docência (PIBID).

E-mail: cristiane.goncalves@prof.santamaria.rs.gov.br

Moises João Wimpe

Moisés João Wimpe é natural da Guiné-Bissau e concluiu o Ensino Médio no Liceu Padre António Grilo em 2023. Desde 2024, cursa graduação em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no Brasil. Possui fluência em crioulo (fala e compreensão) e nível razoável em leitura e escrita, além de domínio intermediário do português nas habilidades de compreensão, fala, leitura e escrita.

E-mail: mjoaowimpe@gmail.com

Runice Cá

Runice Cá é uma profissional de Guiné-Bissau, graduanda em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia. Possui formação técnica em Gestão de Recursos Humanos pela ONG JAFE. Atuou na organização de eventos acadêmicos e concluiu também curso técnico em Cozinha, ampliando sua experiência interdisciplinar. Publicou artigo em 2026 sobre educação e saberes tradicionais dos Mandjakus. Fluente em crioulo, com conhecimentos em português, destaca-se pelo interesse em gestão, organização de processos e desenvolvimento de competências práticas.

E-mail: runicenatashaalmeidaca@gmail.com